

1. A condição juvenil no século XXI

Maria Cecília de Souza Minayo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MINAYO, MCS. A condição juvenil no século XXI. In: MINAYO, MCS., ASSIS, SG., and NJAINE, K., orgs. *Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do 'ficar' entre jovens brasileiros* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, pp. 17-43. ISBN: 978-85-7541-385-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



A CONDIÇÃO JUVENIL NO SÉCULO XXI

Maria Cecília de Souza Minayo

Este texto introdutório se divide em duas partes. Na primeira apresentamos a discussão dos conceitos de juventude, de condição juvenil e de moratória social no século XXI. Na segunda, oferecemos algumas informações sobre a condição juvenil no contexto brasileiro atual no que concerne ao processo educacional, condições de vida, trabalho, sexualidade, cidadania e violência.

Falar da ‘juventude’ no mundo de hoje pode parecer um tema óbvio, uma vez que todos compartilhamos uma noção social sobre ela, e todos nós convivemos com jovens e temos opiniões a respeito de suas características, problemas e virtudes. Afinal, são eles que conformam a pauta constante na mídia, na publicidade e nos produtos da indústria cultural, havendo uma construção incessante de imagens a seu respeito. Embora se costume atribuir à explosão demográfica e à cultura de massa uma associação direta com a ideia de juventude tal qual a conhecemos, Savage (2009a), em *A Criação da Juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX*, pesquisou suas origens e as encontrou na segunda metade do século XIX. Este autor considera que a visão contemporânea de juventude tem raízes nas máximas rousseaunianas, com base nas quais ela foi concebida como um momento crítico entre a infância e a fase adulta.

A tese de Savage (2009a) é de que a cultura jovem transformou-se na pedra angular do capitalismo. Mas o mesmo autor ressalta que essa noção, academicamente, foi desenvolvida primeiramente pela criminologia, que identificou a juventude como uma fase conturbada da vida, marcada pela rebeldia, pela capacidade de afrontar a ordem vigente, pela extrapolação dos limites e das tradições. Portanto, para esse estágio específico do desenvolvimento humano diferenciado, estabeleceram-se salvaguardas e foi aumentada a vigilância. Savage (2009a) diz que o lançamento da primeira ‘bíblia’ adolescente, a revista *Seventeen*, em 1944, e uma reportagem da *New York Times Magazine*, que publicou a “Carta de Direito dos *Teenagers*” em 1945, cunhando o termo *teen*, são destaques na propagação da cultura jovem para a grande mídia e, em consequência, para sua expansão na sociedade contemporânea.

Comenta Savage (2009b):

o sistema é que quer fazer parte da cultura adolescente. Ela já foi marginal, excluída, mas hoje virou a pedra angular da sociedade e da economia ocidental. Revistas, filmes, discos, livros, produtos que antes eram unicamente para os jovens hoje são de todos. Então a cultura jovem hoje permeia todos os aspectos da cultura adulta.

No mundo ocidental, os adultos se preocupam com os jovens, basicamente, por três razões: em primeiro lugar, porque eles quebram as regras vigentes; em segundo, porque para o bem ou para o mal, eles serão o futuro do mundo; em terceiro, porque eles também refletem os valores da sociedade.

A tarefa deste texto é enfrentar mitos e aprofundar os dados de realidade sobre a juventude brasileira. Só assim será possível perceber em que medida as mudanças que ela encarna significam um passo a mais no progresso do desenvolvimento humano e de que forma suas ações de rebeldia e capacidade de perturbar estão eivadas de conservadorismo e, mesmo, de regressão civilizatória.

Desde que publicamos o livro *Fala, Galera*, em 1999 (Minayo *et al.*, 1999), pelo menos três grandes pesquisas de cunho nacional trouxeram para o debate público informações importantes sobre as características da juventude de nosso país. A primeira está descrita e debatida no livro *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*, organizado por Abramo e Branco (2005). Essa investigação foi desenvolvida por uma parceria entre o Instituto Cidadania, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Instituto de Hospitalidade de São Paulo. As informações empíricas coletadas entre novembro e dezembro de 2003, por meio de questionários aplicados a 3.501 jovens de 15 a 24 anos de idade, em seus domicílios, abrangeram 198 municípios de 25 estados brasileiros. A segunda, do mesmo ano, foi produzida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e pelo Instituto Polis (Ribeiro, Lânes & Carrano, 2005), denominada *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*, tendo sido realizada com uma amostra de oito mil jovens de todo o país. A terceira, mais recente, foi uma investigação do Instituto Datafolha (2008) sobre o jovem brasileiro com abrangência nacional, realizada com amostra de 1.541 jovens, em 168 municípios de 24 unidades da federação e no Distrito Federal, em abril de 2008. Todas as três pesquisas apresentaram as variáveis sexo, cor, idade e estratificação social.

Há algumas questões centrais e comuns em todas essas pesquisas: a juventude constitui a etapa da vida sobre a qual existe maior expectativa social; é um estágio do desenvolvimento que não é apenas uma ocorrência natural, e sim uma construção social que se acopla às transformações biológicas, indo da pré-adolescência até a fase adulta. Historicamente, esse período da vida está sendo cada vez mais ampliado, e há uma tendência universal de se caracterizar como população jovem a que compõe a larga faixa etária que vai dos 15 aos 30 anos (Denstad, 2008).

Tais pesquisas registram também certa constância nas características dos jovens desde o final do século XX até a primeira década do século XXI. Todas elas aprofundam determinadas perspectivas teóricas que vêm marcando os mais importantes estudos sobre a juventude no mundo atual. Neste texto, antes de tratar propriamente do jovem brasileiro do século XXI, dedicaremos nossa atenção a pelo menos dois conceitos sociológicos centrais dessa literatura: o de condição juvenil e o de moratória social.

CONDIÇÃO JUVENIL E MORATÓRIA SOCIAL

Ao longo deste livro, apresentaremos informações sobre jovens na faixa dos 15 aos 19 anos de idade, portanto no início da juventude. Os ‘jovens’ nesta faixa etária também são reconhecidos como adolescentes. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a adolescência como um período compreendido dos 10 aos 19 anos de idade. Para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ela está concebida entre 12 e 18 anos. Tanto a OMS quanto o ECA baseiam-se no fato de que nessa fase da vida: há o aparecimento inicial dos caracteres sexuais secundários para a maturidade sexual; é quando os processos psicológicos do indivíduo e as formas de identificação evoluem da fase infantil para a adulta; e inicia-se a transição do estado de dependência econômica total para o de relativa independência. De forma geral, os termos ‘jovem’ e ‘adolescente’ são utilizados como sinônimos. Porém, são objetos de estudos de diferentes disciplinas: a sociologia detém-se mais no conceito de juventude, e a psicologia e a medicina no de adolescência. Neste livro, usaremos os dois termos como sinônimos, mas demarcando o período de vida do grupo entrevistado.

Condição juvenil

Muitos autores têm utilizado o termo ‘condição juvenil’ para expressar o que vem ocorrendo com o grupo etário que vai da pré-adolescência até a juventude propriamente dita, nesse momento histórico de transição econômica, social e cultural por muitos denominado ‘globalização’.

O conceito de ‘condição juvenil’ tem muitas acepções. Uma delas é a que acentua os traços comuns, não obstante as dimensões de espaço, tempo e a pluralidade de condições dos que nasceram em um mesmo período histórico; uma segunda dá ênfase às desigualdades de classe, de gênero e de cor; e outra ainda ressalta as características e os padrões culturais. Poderíamos dizer que todas essas perspectivas enriquecem o conceito, ainda que de forma diferente.

Na primeira acepção, a condição juvenil é definida pelo fato de os indivíduos estarem vivendo um período específico do ciclo de vida, em um determinado momento histórico e em um peculiar cenário cultural. Por isso, os autores que enfatizam os traços comuns ressaltam que, nas sociedades modernas, a juventude é a etapa em que o ser humano completa sua formação física, intelectual, psíquica, social e cultural, vivenciando

a passagem da condição de dependência para a de autonomia em relação à família de origem. Já em 1976, Eisenstadt dizia que, sociologicamente, a juventude pode ser conceituada como uma categoria social que diz respeito ao momento do curso da vida em que ocorre a socialização secundária – ou seja, em que acontece a preparação do indivíduo em relação a esferas sociais que vão além do núcleo familiar, da vida íntima e da esfera privada e privilegiam o trabalho, o mercado, a política, a cultura e as artes (Eisenstadt, 1976). Muitos outros autores enfatizam como sendo distintivo dessa etapa o fato de a pessoa se tornar capaz de produzir (trabalhar), reproduzir (ter filhos e criá-los), manter-se, prover a outros e participar plenamente da vida social com todos os direitos e responsabilidades. Para Groppo (2000, 2006), por exemplo, condição juvenil é um conceito que relativiza a dimensão biológica e enfatiza os aspectos sociais e históricos abarcados pela faixa etária citada.

Portanto, nessa primeira concepção, a juventude é considerada uma fase da vida marcada principalmente por processos de definição e de inserção social. Para isso, as sociedades modernas, além de uma retórica política sobre os jovens (Savage, 2009a), têm criado instituições e construído movimentos sociais encarregados de guiar a socialização fora de casa, como é o caso das escolas, das universidades, dos grupos juvenis controlados por igrejas, Estado, partidos, indústria cultural e mídia eletrônica.

A ideia de tratar e de contextualizar as diferenciações internas do conceito de condição juvenil também está em vários autores. Abramo e Branco (2005) chamam a atenção para a indeterminação do conceito, apesar de sua forte presença nos debates midiáticos e políticos. Sobretudo porque, como ressaltam os autores, há vários sentidos (no plural) implicados na definição da atual ‘condição juvenil’, levando-se em conta as diferenças e as desigualdades entre os jovens na vida real.

Historicamente, a socialização não é a mesma para todas as classes, camadas sociais, países, regiões e estágios de desenvolvimento, gêneros e etnias. Tanto a socialização primária – ou seja, a que é vivenciada pelas crianças no seio das famílias – é marcada por especificidades de gênero e desigualdades e diferenças sociais como a socialização secundária – incluindo o acesso à educação fundamental, de nível médio e superior – é um poderoso instrumento de reprodução da estrutura socioeconômica, das desigualdades de gênero e étnicas. A socialização desigual orienta, de forma sutil, cada indivíduo para um destino social que, de antemão, já lhe havia sido reservado pela estrutura de classes, conforme a teoria da reprodução de Bourdieu e Passeron (1975). Por isso, sempre será diferente a condição juvenil de quem nasce em uma família abastada com acesso a todos os benefícios da globalização econômica, social, educacional e cultural, e a de um jovem pobre de periferia cujos resultantes da globalização são, quase sempre, maiores dificuldades de inserção na sociedade no âmbito tanto dos direitos fundamentais como no de consumo.

O reconhecimento das diferentes formas de desigualdade, condição imprescindível para qualquer análise acurada sobre os jovens, não exclui o fato de que muitos deles atravessem as cancelas da dependência e da pobreza por mérito próprio ou com auxílio

de políticas de investimento na construção da igualdade de oportunidades. Sem dúvida, políticas específicas e bem delineadas para a juventude são propostas que permitem respeitar a diversidade e diminuir fronteiras e barreiras sociais.

Concordamos com as reflexões de Groppo (2006) quando o autor afirma que o que define a ‘condição juvenil’ é a sua dialética, marcada pela contradição entre a tendência poderosa de institucionalização e de massificação da passagem da infância à maturidade e a expressão como realidade ou como desejo de autonomia quanto aos modelos vigentes. Obviamente, com as diferenciações típicas de classe, cultura e gênero.

Nesse sentido, de um lado a condição juvenil se caracteriza por uma vinculação experimental à realidade e aos valores sociais vigentes (Foracchi, 1972), o que a torna reprodutora de padrões e normas culturais, inclusive de forma muito semelhante no tempo e no espaço. Essa condição permite ao jovem, individual ou coletivamente, se deparar com o mundo social – suas realidades e valorações dominantes – sem que este tenha ainda se sedimentado em sua consciência, personalidade e caráter. De outro lado, muitos estudiosos ressaltam que, na sua apresentação ao mundo, há sempre o risco de os jovens rejeitarem e renegarem os valores tradicionais sem mesmo compreendê-los suficientemente, o que explica o fato de assumirem atitudes e práticas nem sempre transformadoras e libertadoras.

No texto “A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social”, Singer (2005) apresenta um ponto de vista bastante otimista e inusitado sobre a ‘participação política’ diferenciada da juventude atual, quando, ao contrário, a maioria das pesquisas atuais a considera conservadora e politicamente à direita. O autor aponta sua mirada crítica para as gerações adultas sucessivas (pais, avós, patrões e governantes) que foram as construtoras históricas do atual cenário social de crise, de insustentabilidade ambiental, de desemprego e de violência urbana. Singer ressalta que, ao contrário do que muitas vezes é apontado, a juventude contemporânea é vítima dessa situação, pois tem de se submeter a ela, contestá-la ou, no desespero, tomar o caminho da delinquência. Mas o autor considera que, como já o havíamos feito em *Fala, Galera* (Minayo *et al.*, 1999), ao recusar o mundo político que recebeu dos adultos, os jovens marcam sua posição de negação das atuais formas de manifestação. No entanto, muitos deles apresentam uma inserção social forte em outros planos que também são políticos e importantes. É o caso, por exemplo, do engajamento em atividades de voluntariado, de atuação em movimentos individuais e coletivos de sustentabilidade ambiental, de atitudes e manifestos de aceitação da pluralidade e do respeito às diferenças, e mesmo de um tipo de participação inédita em razão das múltiplas e inovadoras possibilidades criadas pela Internet. Em *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*, Abramovay e colaboradores (2006) encontraram pelo menos 13 milhões de jovens engajados em algum movimento coletivo, em uma população total de 33 milhões.

Há ainda outra abordagem do conceito de condição juvenil que não é inédita, mas vem ganhando força paulatinamente e de forma concomitante ao avanço da chamada

sociedade do consumo. Em *Imagens em Espelho: uma discussão sobre consumo, juventude e socialização*, José de Lira Santana (2008) ressalta que o processo cultural de construção do comportamento juvenil moderno gerou, em uma direção, uma imagem apropriada como signo publicitário pelos meios de comunicação de massa. Ela põe em foco uma juventude portadora da alegria de viver fundada no consumismo. O autor discute os padrões e os estereótipos de juventude com base na concepção de estilo de vida definida por Pierre Bourdieu (1979).¹ Segundo Santana (2008), na contemporaneidade as novas configurações socioantropológicas emergentes mostram uma identidade juvenil aplanada e trivializada pelo estilo, pela aparência e pelo consumo que passa a definir os comportamentos individuais.

Os autores que privilegiam a associação da condição juvenil a estilo de vida consideram-na como um estado de espírito, um modo de ser, uma disposição de viver. Essa visão corresponde a um tipo de pensamento que ressalta a desinstitucionalização da sociedade pós-moderna e valoriza ou critica o advento de uma era de abertura às diferenças, à livre composição do mundo ao bel-prazer dos indivíduos.

Nessa linha, parte da bibliografia socioantropológica atual tem ressaltado que a juventude pós-moderna apresenta um estilo de vida identificado com o consumo e o bem viver, estilo que se tornou típico entre os jovens das sociedades ocidentais e passou a ser apropriado por outras faixas de idade e por outras fases de vida (Groppo, 2000; Heilborn *et al.*, 2002; Debert, 1999; Savage, 2009a). Essa valorização de um estilo jovem, segundo Debert (1999), tem uma importância contemporânea muito forte, pois influencia a “descronologização” das fases de vida por parte de todas as outras faixas etárias, ou seja, por parte das crianças, dos adultos e dos idosos, tendência fortemente vinculada às mudanças demográficas a favor do aumento da expectativa de vida. Atualmente, muitos autores falam do poder desvinculador da ideia de juventude e adolescência como etapas de rebeldia e de contestação social quando ela vem associada ao consumismo. Sobre o assunto, diz Savage:

Eles venceram. O padrão de consumo adolescente virou o centro do capitalismo ocidental. Se no século XIX, a indústria era a das locomotivas, das máquinas, no século XX foi a cultural. E, no século XXI, a mola propulsora será a indústria da adolescência, da juventude. (Savage, 2009a: 6)

A crítica mais acentuada sobre a juventude atual é o fato de ela não cumprir a função sociológica que as sociedades modernas lhe atribuíram de ser agente de renovação e de revitalização da vida social, atuando como uma força oculta pronta para ser utilizada nos processos de mudança, como dizia Mannheim (1968). Em grande medida, as genera-

¹ Para Bourdieu (1979), estilo de vida é a forma pela qual uma pessoa ou um grupo de pessoas vivenciam o mundo e, em consequência, se comportam e fazem escolhas. O que define os elementos que compõem o conjunto simbólico a que se chama estilo de vida é, basicamente, sua distância (dos elementos) em relação às necessidades básicas dos indivíduos ou grupos. Falar de estilo de vida é falar de uma lógica particular de organizar os espaços simbólicos em todos os sentidos: mobília, vestimenta, linguagem, apresentação corporal, dentre outros. O estilo de vida, quando observado em um indivíduo, é denominado estilo pessoal. No entanto, ainda que pessoal, é produto de uma época, de uma classe ou de um grupo social. Cada dimensão do estilo de vida simboliza e sinaliza todas as outras dimensões.

lizações sobre a apatia juvenil vêm junto com a denúncia de consumismo, evidenciando a dificuldade que temos de compreender e de interpretar corretamente as situações dos jovens e de valorizar suas formas de participação e de solidariedade, em diferentes contextos e condições econômicas e sociais.

É importante ressaltar que a visão contemporânea da juventude que focaliza o consumismo cai no relativismo absoluto, desconsiderando as necessidades e dificuldades inerentes a cada faixa etária, deixando implícita a ideia de regressão dos direitos sociais relativos aos cuidados com certas categorias etárias mais frágeis.

Longe de nós a ideia de pensar a juventude atual segundo o arcaico paradigma sociológico que considera o desenvolvimento e o progresso como inevitáveis, em uma visão teleológica em relação ao futuro. Nessa visão, os jovens sempre seriam portadores de mudanças positivas e renovadoras. Mas também queremos distância do conservadorismo ideológico ou do saudosismo ingênuo fincado nos anos 60 – considerados nossos românticos anos dourados! – que atribuem à juventude toda a alienação do mundo contemporâneo, conferindo-lhe responsabilidade, e por vezes culpa, pelos males da atualidade.

Nessa dialética social, gostaríamos de lembrar que, na realidade, grande parte da socialização de crianças e jovens continua a se dar por meio de canais e instituições tradicionais que vêm sofrendo, gradativamente, um processo de precarização. Uma dessas instituições fundamentais que hoje é questionada e criticada em todos os ângulos é a escola pública.

Queremos ressaltar alguns exemplos da permanência da potencial rebeldia da condição juvenil, ao contrário de todos os dados que revelam sua guinada para a direita (Datafolha, 2008), mostrando que novos movimentos políticos e socioculturais contam com inegável participação de jovens. Vejamos algumas de suas manifestações: protestos contra a globalização neoliberal, como aconteceu em Seattle em 1999 (Grosso, 2006); contra a Guerra do Iraque em 2003 em Washington; manifestações de grupos de ativistas sociais como os *anarcopunks* (Sousa, 1999) e o movimento britânico Reclaim the Streets (Smith, 2004; Jordan, 2002; Klein, 2001); rebeliões nos subúrbios franceses em 2005 (Grosso, 2006); participação sustentada pela Internet, sobretudo por jovens que pediam mudanças no *status quo* americano, na campanha presidencial de Barack Obama nos Estados Unidos; atuais manifestações de rua no Irã, processo capitaneado pelos jovens contra o jugo ditatorial e a farsa eleitoral nas eleições presidenciais de 2009. Os jovens partiram tanto para rebeliões de rua como para o uso dos meios eletrônicos que os ajudaram a driblar a censura. É importante assinalar que nas ruas de Teerã havia muitas jovens mulheres que protestavam, e uma delas se tornou símbolo e mártir contra os desmandos do poder.

Em resumo, consideramos que, sendo a condição juvenil uma relação experimental com valores e instituições sociais, ela inclui aceitação e absorção da cultura vigente, mas também incorpora manifestações conturbadas, revoltas e rebeliões quando não ocorre

uma transmissão respeitável, tranquila e imediata dos valores hegemônicos, ou quando existe uma crise da própria sociedade no que se refere aos valores que professa. Os jovens sabem que herdarão o mundo, sabem o que está errado e são impacientes em relação àquilo de que discordam.

Moratória social

A expressão ‘moratória social’ pode ser definida como um prazo concedido pela sociedade aos jovens, prazo este que lhes permite gozar de menor exigência de obrigações adultas, enquanto completam sua instrução e alcançam a maturidade social. A moratória social em relação aos jovens sempre fez parte da cultura ocidental, significando certa tolerância com costumes, comportamentos e práticas juvenis, sobretudo quanto a sua rebeldia. Os adultos quase sempre desculparam ou justificam o gosto do jovem pelo perigo e pelo desafio, sua audácia para tomar determinadas atitudes e praticar determinados atos (muitas vezes confundida com a irresponsabilidade), sua capacidade de brincar com riscos e com a vida e de cometer excessos. Essa permissividade que configura um tipo de moratória social varia segundo as sociedades, de acordo com as imagens, representações, percepções e preconceitos em relação ao que é ser jovem (Gonçalves & Knauth, 2006). O comportamento condescendente dos adultos frequentemente está inscrito em expressões de uso popular: “os jovens têm a vida pela frente”, “devem aproveitá-la”, “são novos e por isso tudo se desculpa”, “há tempo para mudar e para aprender a ter limites”, “deixem que eles aproveitem a vida!”.

No entanto, o sentido do termo ‘moratória social’ que discutimos neste texto é uma reinterpretação do que falamos no parágrafo anterior. Ela diz respeito ao longo período em que se transformou o tempo de juventude estendido pelo menos até os 30 anos, na sociedade pós-industrial, segundo proposta oficial da União Europeia (Denstad, 2008).

A moratória social, nessa segunda acepção, geralmente vem associada à maior complexidade e ressignificação desse tempo no ciclo da vida. A nova condição juvenil, nos marcos da ‘moratória social’, ensejaria o aparecimento de jovens com forte autonomia pessoal para o uso do tempo livre e para a busca de experiências vitais intensas. Porém, sobretudo criaria um indivíduo muito mais preparado para o mercado de trabalho, muito mais flexível, muito mais arrojado e muito mais competitivo que no passado.

Nesse sentido, a expressão está vinculada ao processo de globalização capitalista que, de um lado, tem sua face sedutora, flexível, comunicativa e facilitadora da existência social e promove novas dimensões e vivências do espaço e do tempo; e de outro é responsável pela destruição de milhões de empregos formais, pela redução drástica dos salários e pela proliferação de um amplo mercado informal em quase todos os países do mundo. Nesse contexto de profundas mudanças no âmbito da economia, dos sistemas financeiros, das relações produtivas e das relações sociais, também novos hábitos, costumes e institucionalidades vão sendo criados, modificando, de roldão, valores que estruturaram o mundo moderno calcado na lógica da sociedade industrial.

Em todas as sociedades atuais, os jovens são os que mais sofrem com a transição. Primeiramente, têm dificuldade de encontrar modelos de vida nas instituições socializadoras que também estão passando pela mesma crise. Seus pais e mestres estão assistindo, junto com eles, ao fim da ética do trabalho como organizadora da identidade e como fonte de realização e de gratificação pessoal. Essa mudança estrutural revolve as entranhas da socialização juvenil, até então delimitada pelo circuito tradicional da família, da escola e do emprego. A passagem do adolescente para a vida adulta na era industrial era regida pelo emprego, que lhe oferecia identidade própria e autonomia ante a proteção e as amarras do contexto familiar.

Pelos motivos aludidos, a expansão do tempo de juventude aqui tratada segundo a noção de ‘moratória social’ tem um sentido político e econômico muito claro, pois de um lado ela responde à necessidade de estender os anos de formação, de escolaridade e de capacitação profissional dos jovens, mas de outro ressalta as dificuldades de inserção desse grupo no mundo produtivo e no universo dos adultos.

Os estudos sobre moratória social procuram destacar a ausência de respostas positivas do mercado e do Estado para a juventude nesse contexto de transição, marcado pela chamada terceira revolução – aquela que foi produzida pela ciência e tecnologia, transformou os meios de produção, de informação e de comunicação e aumentou a expectativa de vida em um espectro nunca antes visto na história, mas gerou, em contrapartida, as maiores massas de desempregados e subempregados do mundo.

É preciso ressaltar que a expressão ‘moratória social’ tem significados diferentes segundo classes e estratos sociais: há a que atinge os jovens ricos e uma parte da classe média, e há a que se refere aos jovens das classes populares que muito cedo tentam entrar no mercado de trabalho e constituir família. No primeiro caso, a moratória social diz respeito à condescendência das famílias, assegurando os estudos, a ampliação do tempo em que permanecem na casa, e assumindo os custos sociais de sua preparação para os postos mais competitivos no mercado de trabalho globalizado. Nessas circunstâncias, o tempo estendido costuma significar garantia de acesso privilegiado a bens culturais e educacionais.

No segundo sentido, os jovens também permanecem em casa e na dependência das famílias. Os pais ou avós mantêm o jovem por mais tempo e, muitas vezes, acolhem sua nova família – frequentemente assumida precocemente –, garantindo seu sustento e prestando-lhe auxílio financeiro. Assim, para os mais pobres, a chamada moratória social costuma ser um tempo de parada forçada, constituído de culpa, frustração, impotência e sofrimento. Nesse contexto, a ampliação da faixa etária jovem não significa distribuição igualitária de crédito social para uma sociedade competitiva. A condenação ao subemprego é um dos resultados dessa equação, e o empobrecimento da experiência de escolarização costuma ser outro. Estudos de Sposito, já em 1994, mostravam que a população jovem pobre é a parcela mais rapidamente atingida pela recessão e pela ausência de desenvolvimento social.

Em resumo, ‘moratória social’ diz respeito à ideia de prolongamento da juventude até os 30 anos ou depois, seja porque é preciso que os jovens se preparem mais e melhor para atender às mudanças tecnológicas no modo de produção, seja porque o mercado de trabalho já não tem disponibilidade de empregos para integrá-los; seja porque os empregos existentes não mais, necessariamente, os gratificam nem produzem identidades positivas. Concomitantemente, há mais pessoas acima de 60 anos – criando uma coorte jovem de idosos – que continua a ocupar os postos de trabalho por mais tempo. Essa nova condição juvenil, marcada pela ideologia da autonomia, do empreendedorismo e da criatividade, contrapõe-se (fracamente) ao fenômeno global de mudanças de dimensões astronômicas no modelo produtivo, enfatizando a responsabilidade pessoal dos jovens na sua integração no mundo do trabalho.

SOBRE A CONDIÇÃO JUVENIL E A MORATÓRIA SOCIAL NO BRASIL

No Brasil, os jovens ocupam, em muitos sentidos, o centro de questões que comovem o país. As lentes ampliadas dos significados do futuro os focalizam, ao mesmo tempo que os problemas gerados pelo agravamento das crises econômicas, da reestruturação produtiva e do desemprego estrutural são fantasmas que rondam suas vidas. Nunca houve um tempo em que tantos termos, como espírito flexível, empreendedorismo e capacidade criativa, tivessem sido utilizados para se falar aos jovens de como deveriam enfrentar o mundo do trabalho e das oportunidades. Nunca houve tantos programas governamentais, fosse para integrá-los, fosse para contê-los. Por sua vez, eles têm consciência de que o mercado laboral nunca será o mesmo como o do tempo de seus avós e pais, quando a estabilidade e o emprego fixo constituíam o ideal do trabalhador.

Daremos ênfase a alguns aspectos da realidade desses novos tempos: 1) a participação do jovem no mercado de trabalho; 2) sua situação educacional; 3) as concepções, mudanças e experiências na esfera da sexualidade; 4) a cidadania e a participação social; 5) a violência que os acultura, a que sofrem e a que promovem.

Queda na participação do mercado de trabalho e elevadas taxas de desemprego

Os dois pontos assinalados são faces do mesmo fenômeno denominado reestruturação produtiva (Harvey, 2001). Se olharmos para a situação dos jovens brasileiros de forma pessimista, podemos dizer que, no país, são eles as principais vítimas do tipo de desenvolvimento econômico e social globalizado. Segundo documento divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2009), entre 1992 e 2006 a participação dos jovens no total de ocupados no Brasil apresentou queda de 21,8%. Como resultado desse processo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que eles respondiam por 25% da população economicamente ativa e constituíam 47% do total de desempregados no país em 2006 (IBGE, 2007). Em análise da situação, a OIT ressalta que a queda na participação dos jovens no total de ocupados não é, necessariamente,

um indício de piora da inserção juvenil, já que esse cenário reflete o processo de envelhecimento da população, além de evidenciar evoluções positivas no aumento da taxa de escolaridade juvenil e de redução do trabalho infantil. Contudo, adverte a mesma OIT, a queda da participação dos jovens na ocupação total foi muito mais severa do que poderia ser atribuído a esse aumento da taxa de escolaridade e à redução do trabalho infantil.

Na maioria dos países, como informa o estudo da OIT (2009), os jovens apresentam uma taxa de desemprego muito elevada e superior à de adultos, o que também é uma realidade no mercado de trabalho brasileiro. Nesse momento de crise, cerca de 20% dos que têm entre 15 e 24 anos estão desempregados, quando no mercado de trabalho brasileiro a taxa é de 8,5% (IBGE, 2007). Enquanto em 2006 a taxa geral de desemprego era de 8,4% e a dos adultos de 5,6%, para os jovens essa cifra se elevava para 17,8%, sendo, aproximadamente, 3,2 vezes superior à de adultos e 2,1 vezes acima da taxa geral de desemprego.

A diferença de remuneração pelo trabalho entre homens e mulheres também se faz sentir na juventude: 83% das jovens trabalhadoras recebiam até dois salários mínimos contra 72% dos rapazes inseridos no mercado de trabalho. Enquanto 27% deles recebiam mais do que dois salários, havia nessa posição apenas 14% delas. Proporcionalmente, também ganham menos os jovens que têm apenas a escolaridade fundamental (87%), os pertencentes às classes D e E (93%) e os que moram no Nordeste (86%) (Datafolha, 2008).

Escolaridade em idade inadequada e problemas sociais

Esse fenômeno está profundamente associado às desigualdades. A educação formal constitui, na vida contemporânea, o indicador mais forte das possibilidades de inclusão social. O Brasil ainda apresenta uma taxa de 11,1% de analfabetismo, sendo que, do total, 5,8% se referem a jovens na faixa de 15 a 24 anos e 19,0% à faixa de 25 a 29, segundo o IBGE (2007). A cifra menor de analfabetos no grupo de 15 a 24 anos demonstra que o fenômeno do analfabetismo está sendo vencido, mas muito lentamente.

O acesso ao ensino fundamental na faixa etária de 7 a 14 anos, também de acordo com o IBGE (2007), está hoje praticamente universalizado, sem discriminação de cor, gênero ou condição social, e na maioria dos municípios esse nível de ensino é ofertado pelo poder público (88,3%). No entanto, o mesmo não ocorre com o ensino médio e com o ensino superior, direcionados aos grupos de 15 a 17 e de 18 a 24 anos. O percentual de jovens de 15 a 17 anos estudando passou de 69,5% para 82,5% entre 1996 e 2006 (IBGE, 2007), o que é uma notícia alvissareira. No entanto, apenas 47,1% dos jovens estão cursando o nível médio. A maioria ainda frequenta o ensino fundamental. O mesmo ocorre com estudantes de 18 a 24 anos: 12,7% estão no ensino fundamental; 43,8% no ensino médio; e somente 40,1% no nível superior, nível este que seria adequado para essa faixa etária.

Além de essa proporção ser muito baixa, nela se inclui o forte desequilíbrio regional com prejuízo para o Norte e o Nordeste, onde, em alguns estados, os jovens que estão cursando o ensino médio não ultrapassam 29% do total. Enquanto no Sudeste eles são

57,7%, no Sul são 54,8% e, no Centro-Oeste, 48%. Há também desequilíbrios entre as regiões metropolitanas (55,2%), as urbanas não metropolitanas (49,9%) e as zonas rurais (26,9%) (OIT, 2009).

Portanto, conforme assinala o recente relatório da OIT, embora o nível de escolaridade dos jovens seja superior ao dos adultos no Brasil, a frequência ao ensino médio, considerando-se a idade adequada, abrange atualmente menos da metade dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos.

A defasagem entre idade e nível escolar e o desinteresse pelos estudos têm várias causas: escassez de vagas e de professores, repetências e ensino repetitivo, inadequado e desinteressante, por exemplo. Mas diz respeito, principalmente, à baixa qualidade do ensino nas escolas públicas ou privadas frequentadas pelas crianças e pelos jovens de baixa renda, fato comprovado pela divulgação dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) relativos aos anos de 2008 e 2009 (Weber, 2009). Ora, as dificuldades para se alcançar uma educação de qualidade têm um peso enorme na exclusão da maioria dos jovens brasileiros do mundo econômico, social e cultural, e isso é sentido e denunciado por eles próprios em estudos como o *Fala, Galera* (Minayo *et al.*, 1999).

Além das desigualdades e das defasagens da educação formal, os jovens têm muito pouca opção de realizar sua formação de ensino médio em escolas profissionalizantes. Em um país continental como o nosso, em 2003 havia 140 escolas técnicas federais. Hoje há, por parte do governo, uma corrida contra o tempo no sentido de formar mão de obra qualificada e apropriada para o desenvolvimento do país. São justamente os jovens com insuficiente formação os que estão desempregados ou que são aliciados para o mercado de trabalho das drogas e do crime.

Segundo constatações das quatro pesquisas citadas no início deste texto (Datafolha, 2008; Abramo & Branco, 2005; Ribeiro, Lânes & Carrano, 2005; Minayo *et al.*, 1999), a maioria dos jovens tem aguda consciência das exigências cada vez maiores da sociedade contemporânea quanto a competências e habilidades educacionais, tanto para conseguir emprego como para abrir seu próprio negócio ou para conseguir ascender socialmente.

No entanto, essa consciência encontra pouca resposta de ação propositiva por parte da sociedade adulta na qual eles estão inseridos. Segundo dados do IBGE (2007), em 2006 os mais pobres atingiram, em média, apenas 3,9 anos de escolaridade. Já entre os mais ricos, o número de anos de estudos é em média de 10,2. Esbarramos mais uma vez no fato de que as desigualdades de oportunidade evidenciam a ausência de políticas educacionais efetivas que levem em conta as classes sociais e as situações regionais: no Nordeste, a média de anos de estudos entre os mais pobres hoje é só de 2,9, enquanto no Sudeste é de 5,0 (IBGE, 2007).

Na contagem de 2006, o IBGE (2007) encontrou 1,1 milhão de jovens de 16 a 24 anos que não trabalhavam e não estudavam. E dos que trabalhavam, 54,5% recebiam até um salário mínimo. Da população total de dois milhões de jovens desempregados, cerca de 70% não tinham formação profissional (IBGE, 2007).

Quando falha a educação, a exclusão que se inicia antes do nascimento, pela escassez ou ausência de recursos econômicos e sociais para crescer e se desenvolver, se aprofunda, diminuindo as expectativas rumo ao futuro. E por mais que haja programas públicos e de organizações não governamentais (ONGs) voltados para recuperar o tempo perdido na fase escolar, todas as iniciativas atingem apenas parte dos jovens e nunca conseguem substituir o projeto pedagógico da educação formal.

Dessa maneira, observamos uma espécie de círculo vicioso em que condições de vida muito precárias da família não propiciam ambiente adequado de desenvolvimento; a instituição escolar não consegue dar conta de superar as deficiências instaladas no processo de crescimento e desenvolvimento desde os primeiros anos de vida; a falta de equipamentos de lazer, de cultura e de projetos sociais propicia a ociosidade; os jovens não encontram vagas ou não conseguem disputar um lugar no mercado de trabalho; os níveis de escolaridade e de formação profissional alcançados por eles cada vez os tornam mais defasados da realidade do mercado de trabalho.

Consideramos o fenômeno das desigualdades marcantes da vida social brasileira que afeta principalmente a população jovem, e se expressa na economia, na educação, na cultura e na cidadania, um tipo de violência estrutural (Minayo, 1994). Ela advém de configurações histórico-econômicas e culturais que se reproduzem por muitos meios, tornando vulneráveis suas condições de crescimento e desenvolvimento. Por ter um caráter de perenidade e se apresentar sem a intervenção imediata dos indivíduos, essa forma de violência aparece naturalizada, mas foi construída nas gerações passadas e retrata a distribuição do poder e da riqueza.

Ao finalizar este item, é preciso ressaltar que quem estuda as oportunidades de trabalho dos jovens de hoje apresenta também alguns dados positivos, quando estes dão ênfase à sua capacidade de produzir mudanças no cenário nacional das relações sociais de produção e no âmbito dos processos culturais inovadores. Jovens brasileiros têm se interessado cada vez mais em abrir seu próprio negócio, segundo revela o estudo “Global Entrepreneurship Monitor” (GEM), divulgado pelo Sebrae (2009) em 17 de maio de 2009. Quinze por cento dos brasileiros entre 18 e 24 anos são empresários – aproximadamente quatro milhões de pessoas. Do total de empreendedores do país, 25% têm até 24 anos, o que faz de nosso país o terceiro colocado no *ranking* mundial de empreendedorismo juvenil. A pesquisa constatou também que tem ocorrido uma crescente qualificação dos jovens que decidem montar uma empresa. De acordo com o GEM, 68% deles optam por abrir seu negócio por oportunidade, ou seja, acreditam que o empreendimento pode prosperar, e apenas 32% deles o fazem por necessidade e por não terem outro meio de sobrevivência.

Sexualidade: concepções, mudanças e experiências

Os estudos sobre sexualidade dos jovens dão ênfase a como eles consideram os papéis de homens e mulheres nas relações, a como se posicionam sobre a diversidade

de parceiros, às singularidades da vida amorosa e sexual e a como se comportam em relação à virgindade, ao aborto, à gravidez e às relações sexuais antes do casamento e a como valorizam esses temas.

Observamos que nos últimos trinta anos os filhos dos pais que conformaram a geração dos anos 60 – geração que, dentre as inovações que introduziu na realidade sociocultural, protagonizou a liberação sexual – refletem as mudanças na estrutura e na dinâmica das famílias, da moralidade e da autoridade da religião sobre o cotidiano das pessoas, no mundo ocidental como um todo e também no Brasil. Por exemplo: vale a pena lembrar que em muitos lares de nosso país não existe mais a família tradicional composta por pai, mãe e filhos, embora o modelo de família nuclear continue como ideal. E que a fase do namoro, antecedida pela fase do ‘ficar’ – etapa de menor compromisso e maior quantidade de relacionamentos, como será longamente tratado neste livro –, ocorre comumente tendo como ambiente a casa dos pais. Os parceiros, em vez de buscarem outros locais para seus relacionamentos amorosos, acabam se refugiando na casa de suas famílias, dividindo o quarto e a cama dos parceiros ou parceiras. Os motivos mais usados para justificar tal comportamento são a busca de maior segurança e o fato de o sexo passar a ser encarado com mais naturalidade. No entanto, se por um lado os pais de todas as classes sociais estão mais permissivos – embora os segmentos populares sejam mais conservadores do que a classe média, como vários estudos atestam –, por outro continua a existir dificuldade por parte de muitas famílias em aceitar que seus filhos transem sob o mesmo teto que eles. A principal causa dessa interdição são valores negativos quanto ao sexo fora do casamento, razões religiosas e medo de estarem acobertando promiscuidade, pois muitos acreditam que seus filhos trocam constantemente de parceiros.

A pesquisa sobre juventude e sexualidade levada a cabo por Abramovay, Castro e Silva (2004), a do Datafolha (2008) e a do Instituto de Cidadania (Abramo & Branco, 2005), assim como a que apresentamos ao leitor neste livro, ressaltam sinais claros das várias transformações e dos múltiplos sinais contraditórios que se apresentam sobre o assunto: existe muito mais liberdade de ação nesse campo, e ao mesmo tempo persistem travas patriarcalistas que atravessam toda a vida privada e social dos jovens brasileiros. É importante ressaltar que essas travas fazem parte do processo de formação cultural e são acionadas, sobretudo, pelos mecanismos de educação das crianças e dos adolescentes. Ressaltamos também que existe, na atualidade, uma reflexão mais amadurecida sobre o tema da sexualidade por parte dos próprios jovens, pois, na medida em que gozam de maior liberdade de comportamento, sentem-se também mais responsáveis por seus atos.

Por ser um tema muito extenso e pelo fato de este livro se dedicar em profundidade ao assunto, damos ênfase apenas a três tópicos: as questões do aborto, da virgindade e da gravidez.

Segundo a pesquisa Datafolha (2008), 87% dos jovens consideram o aborto moralmente errado. Essa questão é tratada de forma bastante controversa, apontando o forte constrangimento social e religioso que a cerca. Encontramos em todas as três pesquisas

citadas uma relativa heterogeneidade nos posicionamentos dos jovens sobre o assunto. Mas os índices de concordância apresentam-se maiores nas situações amparadas pela lei: os casos de estupro, os casos em que a mãe corre risco de vida e os casos em que são detectados, do ponto de vista médico, defeitos ou doenças muito graves. A pesquisa Datafolha (2008) indica que 33% das jovens brasileiras de 15 a 24 anos conheciam alguém que fez aborto, mas só 4% admitiram ter recorrido ao procedimento. Em nosso estudo, encontramos 9,2% das jovens (de 15 a 19 anos) que fizeram aborto uma vez na vida, e 1,2% mais de uma vez. Continua bastante vigente a ideia de que somente às mulheres cabe a responsabilidade pela fecundação. A negociação do uso do preservativo masculino, por exemplo, costuma esbarrar em padrões sociais pautados no machismo que muitas vezes têm a cumplicidade das meninas, sobretudo quando há insegurança afetiva e forte componente de amor romântico. Muitas delas, segundo nossa pesquisa, declaram que não pedem aos meninos que o usem por ter vergonha de fazê-lo, para não quebrar o clima de romantismo e por entender que a iniciativa deveria partir deles.

Abramovay, Castro e Silva (2004) encontraram 14,7% das jovens entrevistadas que já haviam engravidado de 10 a 14 anos. A pesquisa do Instituto de Cidadania (Abramo & Branco, 2005) encontrou 7% das adolescentes abaixo de 17 anos que haviam engravidado, percentual que sobe para 22% na ampla faixa etária de 15 a 24 anos. Essa mesma pesquisa indicou que 41% dos jovens – dos quais 52% eram meninos e 30% meninas – haviam tido sua primeira relação sexual entre 15 e 17 anos e 52% ainda eram virgens (40% dos rapazes e 64% das moças). Esse percentual cai para 25% na ampla faixa de 15 a 24 anos. Em nosso estudo, encontramos a idade média da primeira relação sexual aos 14,8 anos; e 0,4% das meninas e 2,1% dos meninos de 15 a 19 anos que já são pais. Embora não possamos simplificar as razões de cada indivíduo nos seus depoimentos, as meninas que iniciaram sua vida sexual precocemente costumam dizer que quando se entregaram acreditavam ter encontrado o amor de sua vida. E os meninos afirmam que essa busca prematura teve por mote provar sua masculinidade. Todas as investigações aqui citadas indicam que a idade média da primeira relação sexual é mais baixa entre os jovens do sexo masculino e que existe uma forte pressão entre eles para que sua vida sexual se inicie mais cedo.

É importante ressaltar, porém, que iniciação sexual precoce não significa a mesma coisa que promiscuidade, tema frequentemente alimentado pelo medo e pelo desconhecimento dos pais, educadores e grupos religiosos. Na verdade, existe entre os jovens uma moral de convivência e de limites nas relações que permeiam o ‘ficar’, o namoro e o casamento. A pesquisa de Abramovay, Castro e Silva (2004) mostrou, por exemplo, que 70% dos jovens entrevistados tiveram relações sexuais apenas com um parceiro. Em nosso estudo, encontramos 72,3% dos estudantes com um parceiro fixo, 17,2% com parceiros não fixos e 10,5% com ambos. Assim, é preciso separar o tempo do ‘ficar’, quando a experimentação se multiplica, e o tempo que eles consideram ‘namoro sério’, em que as relações se estreitam e se solidificam.

No que concerne ao machismo que tem lugar privilegiado nas relações sexuais e afetivas, a pesquisa Datafolha (2008) encontrou 33% dos rapazes entrevistados que são contra a mulher trabalhar fora de casa, evidenciando que seu papel é cuidar do lar e dos filhos, a não ser que existam sérias necessidades financeiras para que entrem no mercado de trabalho. Vale a pena lembrar que, no Brasil, 29,2% dos lares são chefiados por mulheres que estão no mercado de trabalho e criam seus filhos.

Em resumo, podemos dizer que os jovens hoje tendem a iniciar a vida sexual precocemente, a dar menor valor à virgindade e a considerar o sexo importante tanto para homens como para mulheres. Há mais pluralismo nas vivências sexuais e inovações nas paqueras e nas transas, ainda que exista um bom número de jovens que continue a valorizar a prática sexual apenas depois do casamento consumado. Apesar de todo o intenso movimento cultural de liberação sexual, é preocupante que pouco mais da metade dos jovens se proteja devidamente contra doenças sexualmente transmissíveis (DST), que mais meninas enfrentem gravidez precoce e que continue a persistir forte discriminação, por parte deles mesmos, a respeito de seus colegas e de suas colegas homossexuais.

Concluimos este item afirmando que o tema da sexualidade desperta curiosidade, sentimentos de prazer e de amorosidade, mas também provoca medos e dúvidas não só entre os jovens, mas principalmente entre pais e professores. Fica evidente, em todos três estudos já citados, que lhes falta uma orientação sexual adequada e sincera por parte dos adultos. A maioria se aconselha com os amigos. Abramovay, Castro e Silva (2004) informaram que um terço dos pais ouvidos na sua investigação não dialogavam com os filhos sobre o tema; 40% não tinham conhecimento sobre DST; e 27% dos professores não dispunham de informações suficientes sobre o assunto. E nas escolas, as conversas sobre sexo costumam ficar restritas às aulas de ciências e biologia.

Novas formas de viver a cidadania, a comunicação e a democracia

Quando consideramos a visão política dos jovens, os dados das quatro pesquisas citadas (Datafolha, 2008; Abramo & Branco, 2005; Ribeiro, Lânes & Carrano, 2005; Minayo *et al.*, 1999) mostram que parte significativa deles não participa nem tem interesse em participar de organizações ou movimentos sociais tradicionais. Todas essas pesquisas ressaltam que jovens e adolescentes, nascidos depois dos anos de ditadura, sentem pouco ou quase nenhum benefício de uma democracia que não lhes proporciona oportunidades. Os pesquisadores do Datafolha (2008) chegaram a dizer que existe na juventude brasileira atual uma opção pela direita, que é predominante entre os que têm escolaridade fundamental (41%) e entre os que têm renda familiar mensal de até dois salários mínimos (40%). Entre os que têm escolaridade superior, a pesquisa revelou que 35% se classificaram como de direita e 30% de posição política de centro. Essas posturas que observamos também na pesquisa *Fala, Galera* (Minayo *et al.*, 1999), se repetem com algumas nuances e diferenças nos estudos realizados em 2005 e 2008.

Sobre essa certa apatia para a política, consideramos que não é possível tirar conclusões precipitadas. Temos pouca clareza do que significa para a sociedade atual – muito mais pluralista – o que é ser de direita ou de esquerda. Talvez nossas indagações estejam equivocadas em relação a um mundo multipolarizado em que perguntas unívocas ou biunívocas são muito pouco esclarecedoras – e em que a tradicional forma classificatória das posições políticas está decadente no mundo inteiro, como já anunciara Hobsbawm (1995). Este autor mostra que isso é verdade tanto a respeito dos partidos tradicionais como de todas as outras formas organizadas de poder que marcaram a sociedade industrial (sindicatos, fábricas, escolas, universidades, por exemplo).

Ficher (2005), em pesquisa que trabalha com análise do discurso sobre programas de TV, mostra algumas questões curiosas em relação ao pensamento dos jovens quanto a sua participação no mundo, sobretudo no mundo midiático. A autora ressalta que existe um aprendizado diário, vivido por eles, em relação a uma espécie de estado de perdição, de vazio, de confusão generalizada, em relação ao que entendem e experimentam como vida pública e vida privada.

As análises dos programas e os debates realizados pelos próprios jovens mostram que uma grande parte da produção da mídia funciona para eles como se fosse uma espécie de cobertura plena desses vazios. Ela atua com aquilo que poderia ser simbolizado, no sentido psicanalítico (Foucault, 2004). Ou seja, jornais, programas de TV e revistas vão conferindo incansáveis sentidos para acontecimentos, objetos, grupos sociais, pessoas, atos políticos, desejos, em todas as dimensões da vida. O sentimento de confusão e medo se revela muito forte diante de um mundo violento, diante da perspectiva do desemprego e da exclusão e mediante a falta de outras referências.

Quando perguntados de que têm medo, a pesquisa Datafolha (2008) revela que 23% dos jovens citam, espontaneamente, a morte. A morte de pessoas próximas é mencionada por 17% deles, sendo que 10% referiram-se à dos pais. Vem a seguir: o medo do desemprego (7%), de ter problemas de saúde, de doenças (4%), da solidão (3%), da falta de dinheiro e de não alcançar as metas que traçaram para suas vidas (2%). Entre os homens que têm 16 ou 17 anos, o medo da morte chega a 29%. Esse temor se alia a uma espécie de imobilidade diante das distâncias entre ricos e pobres, negros e brancos, heterossexuais e homossexuais.

O caminho de mudança dessas percepções perturbadoras deve ser trilhado coletivamente, tirando a juventude do lugar de bode expiatório da negação da política e da responsabilidade exclusiva por transformá-la por meio da sua participação. O desafio que se apresenta para os adultos, para os pesquisadores e para as instituições, bem como para a própria democracia, é, antes de tudo, o reconhecimento da variedade de formas de atuação dos jovens, para que suas vozes sejam ouvidas, para que se criem mecanismos de apoio e espaços abertos para sua efetiva participação. As lutas políticas da juventude hoje são diversificadas e acompanham as demandas percebidas pelos segmentos representativos: ambientalistas, jovens portadores de necessidades especiais, lésbicas, *gays*,

bissexuais, transexuais, por exemplo. Há grandes demandas em áreas como educação, acesso a ensino médio e superior, erradicação do analfabetismo, passe livre, meio passe, direito de transitar pela cidade e conhecer o que ela tem a oferecer, trabalho, primeiro emprego, dentre outras. Os grupos culturais demandam muito o reconhecimento como profissão e, com isso, a obtenção de renda e a legitimação social. A promoção de igualdade racial e de gênero e o direito à livre orientação sexual também figuram entre as principais bandeiras da juventude contemporânea.

Ficher (2005) ressalta que nos relatos em grupo focais sobre a vida de cada um, sobre o que fazem nas horas livres, que vídeos escolhem, que filmes veem, que tempo dedicam a ler, a ouvir música, a dançar e namorar e a que ‘tribos’ pertencem, os jovens destacam questões cruciais, como o sonho de liberdade e, por oposição, a certeza de que todos nós (especialmente eles) somos sempre fortemente controlados socialmente. No debate sobre as dificuldades vividas quanto às suas experiências com os ‘outros’, os ‘diferentes’, eles, em geral, mostram-se abertos a compreender, a respeitar ou a tolerar as diferenças de opção sexual, étnica, a condição econômica e o pertencimento a outras tribos. Porém, da mesma forma que ocorre com os adultos, expressaram também suas contradições, seus medos, em um movimento oscilante entre a abertura a novos modos de ver o mundo e a repetição das lições conservadoras aprendidas tanto na mídia como nos demais âmbitos da vida social.

Em revisão temática sobre ‘juventude e participação’, Boghossian e Minayo (2009) concluem que houve um avanço significativo nas formas como a juventude é pensada nos estudos do século XXI, em relação à literatura produzida até o final dos anos 90. Tais mudanças tendem a influenciar as análises e as reações da sociedade ante o comportamento atual dos jovens. No entanto, a categoria ‘participação’, que também tem sido repensada, vem se desenvolvendo mais no plano teórico do que no prático, tendo em vista o quadro crescente de exclusão social, pobreza, desigualdades e segregação política que permeia a vivência da maioria dos jovens.

Vários estudos, já em uma perspectiva mais aberta e atual, mostram que são patentes novas formas de atuação e mobilização que as instituições formais raramente identificam. Boghossian e Minayo (2009) entendem que há necessidade de chamar os jovens para as instâncias de decisão. Mas é preciso também investir para que os adultos que as dirigem possam reconhecer e valorizar os temas trazidos por eles e que os mobilizem, assim como é necessário dar força aos numerosos mecanismos de participação que vêm sendo inventados por eles e atualizados de forma criativa, mobilizadora e, muitas vezes, transgressora.

No âmbito das políticas públicas, têm sido criados novos espaços de interlocução e de representação – como os conselhos de juventude, redes e fóruns – que precisam ser ainda mais ocupados e legitimados por gestores, por educadores, por movimentos e organizações sociais e pelos próprios jovens. As barreiras maiores continuam sendo as do preconceito, em relação às quais jovens do mundo inteiro têm atuado por meio de

expressões e conexões múltiplas, como a arte, o pensamento ecológico, a espiritualidade e a valorização da diversidade. Fala-se muito sobre a necessidade de se criar pontes, de traduzir as demandas juvenis como questões para o espaço público, de fortalecer os jovens como atores políticos. Boghossian e Minayo (2009) consideram que existe certo abuso nesse discurso, o qual acaba por descaracterizar as demandas dos jovens e reproduzir formas viciadas de participar, afastando-os da arena política.

É evidente que as representações negativas da política e a baixa participação nos seus espaços institucionais atingem a sociedade como um todo. Vários autores têm apontado o quanto a globalização da economia vem afetando as políticas sociais, na medida em que interferem frontalmente no papel desempenhado pelo Estado-Nação. Tal mudança obriga a repensar as perspectivas e as possibilidades da democracia e da cidadania. Observamos um novo borbulhar da ‘participação’ nos fóruns sociais mundiais, na pulverização e na universalização das associações da sociedade civil e nas redes, em que existem formas de atuação efetiva.

Esse movimento de integração a partir de outras formas participativas deve ser visto como parte da globalização social e cultural dos jovens, o que, por sua vez, se relaciona com o reconhecimento de diferentes modos de mobilização da sociedade como um todo. Nesse mesmo processo, existe uma ressignificação de antigos conceitos, tais como o de cidadania e o de democracia.

Gostaríamos de ressaltar ainda que os jovens brasileiros, graças à elevação dos seus níveis educacionais (já constatados e apesar de todas as desigualdades), e dotados que são de predisposição a mudanças, mostram-se capazes de aproveitar as transformações trazidas pelas revolucionárias tecnologias de comunicação e de produção, inclusive para o exercício de sua cidadania. Eles têm, por isso, potencial para se tornarem atores estratégicos do desenvolvimento nacional em uma nova fase do desenvolvimento do país e de sua inserção no mundo. Na pesquisa Datafolha (2008), 74% declararam ter o hábito de acessar a Internet. Entre os que têm 16 e 17 anos, o percentual chega a 83%. Entre os que têm nível superior de escolaridade, sobe para 98%.

Vivências de violências como características contemporâneas

Segundo a pesquisa Datafolha (2008), na opinião de 22% dos jovens entrevistados a violência é o principal problema do mundo hoje. Esse tema fica nove pontos à frente da fome, da pobreza e da miséria, citadas espontaneamente por 13% deles. As questões ambientais vêm logo a seguir, com 9% de menções, das quais 5% se referem especificamente ao aquecimento global. São citados ainda como grandes problemas do mundo contemporâneo, entre outros: corrupção, desemprego (8% cada), tráfico e consumo de drogas, desigualdade social (7%), poluição do ar e da água, guerras (4% cada), saúde (3%), sistemas políticos e sistema educacional (2%).

A violência também aparece no topo da lista como principal problema do Brasil, com 17% das menções, mas em situação de empate com a corrupção, citada por 16%

deles. Desemprego, fome, pobreza e miséria são questões mencionadas por 13%. Vêm, a seguir, agravos à saúde (9%, dos quais 3% se referem especificamente à epidemia de dengue que assola o país), desigualdade social (6%), a política e os governantes (5%), falhas na educação (5%), drogas (4%), problemas econômicos (3%), ambientais (2%) e discriminação (1%).

Buscaremos aprofundar um pouco mais o tema da violência, tão citado pelos jovens, com base em três focos: a violência familiar com suas diversas expressões, a violência social tão temida e a infração juvenil. Observaremos os jovens como vítimas, aprendizes e autores de violência, em contraste com sua perspectiva que enxerga esse fenômeno como uma externalidade, um mal que os atormenta e que eles temem.

• Violência familiar

A família e a saúde são os principais valores na vida dos jovens brasileiros de 16 a 25 anos de idade: praticamente a totalidade (99%) as julga importantes ou muito importantes. A família é considerada o valor mais importante da existência (Datafolha, 2008). No entanto, como veremos a seguir, essa instituição tão fundamental não só é um foco de violência como também socializa a beligerância dos jovens.

Hoje, a violência na família constitui um dos grandes problemas para crianças e jovens. Trata-se de um problema novo? Não, pelo contrário. As crianças e os adolescentes do século XXI continuam vulneráveis e, muitas vezes, serão os reprodutores dessa situação. A violência que ocorre no seio da família, sobretudo a violência conjugal, é um problema universal, um (anti)valor de longa duração, como diria o historiador Fernand Braudel (2005), e de difícil solução. Sua base é o patriarcalismo, um sistema cultural segundo o qual o homem adulto é o chefe da casa, e todos – mulher, filhos e agregados – devem estar sob suas ordens. O patriarcalismo considera também que o masculino é o sujeito da sexualidade, e o feminino, seu objeto. Nessa ótica, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material. Da mesma forma, e em consequência, o masculino é investido significativamente com a posição social (naturalizada) de agente do poder e da violência, havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio das pessoas, das guerras e das conquistas (Minayo, 2005a).

No caso das relações conjugais, segundo a prática cultural do ‘normal masculino’, a predominância da cultura da violência ocorre contra a mulher e é exercida pelo homem como ato corretivo. Por isso, em geral, quando acusados, os agressores reconhecem apenas seus excessos e não a função disciplinar da qual se investem em nome de um poder e de uma lei que julgam encarnar. Geralmente, quando narram seus comportamentos violentos, maridos e namorados costumam dizer que primeiro buscaram avisar, conversar, e depois, se não são obedecidos, batem. Consideram que as atitudes e ações de suas mulheres, namoradas e filhas estão sempre distantes do comportamento ideal

do qual se julgam guardiões e, portanto, precisam garantir e controlar. A associação da mentalidade patriarcal e a rivalidade presumida entre homens por sua posse e seu controle estão sempre presentes nas agressões por ciúme (medo da perda do objeto sexual e social), cujo ponto culminante são os homicídios pelas chamadas ‘razões de honra’. No entanto, a mulher também é autora de agressão, e como observaremos no decorrer deste livro, em termos quantitativos cometem mais atos de agressão psicológica e física do que os homens nas relações de namoro e conjugais.

Os estudos e as pesquisas mostram que existe uma tendência de reprodução da violência familiar por meio da socialização dos jovens. Os fatores desencadeantes ou de risco ocorrem dentro de um terreno de permissibilidade cultural. Os pais que se agridem mutuamente tendem a responder ao estresse (problemas de desemprego, no trabalho, doenças, dívidas e outros) com violência. E famílias que adotam a violência como forma de comunicação costumam entrar em um círculo vicioso de repetição do que ocorreu com seus antepassados, legando aos filhos tal padrão, a não ser que haja algum nível de intervenção benéfica que possa quebrar a cadeia reprodutiva.

Em resumo, há vários paradoxos quando analisamos a situação familiar dos jovens: a família é o *locus* onde o ser humano encontra amor, apoio e gentileza e, ao mesmo tempo, vivencia a violência como forma de socialização; é o lugar onde a pessoa pode relaxar e descansar das tensões do mundo externo, e também é o espaço em que ela costuma passar por elevados e variados graus de conflitos, destacando-se os que se referem a relações conjugais, deveres parentais e comunicação intergeracional. Há uma expectativa muito grande de provisão das necessidades básicas e das condições necessárias ao crescimento e desenvolvimento das crianças e dos jovens pela família, ao mesmo tempo que existem frustrações permanentes quanto à realização dessas demandas.

• O jovem como vítima

Tanto a violência familiar quanto a violência social contra os jovens ocorrem de várias maneiras. E nas tipologias que apresentaremos a seguir, as duas se cruzam. A punição física é a forma mais comum de violência familiar que afeta os jovens depois das agressões verbais. Ela provê um treinamento básico para a violência social, o que geralmente começa na infância. Quando a punição física é utilizada, várias reações se instauram: a criança ou o jovem aprende a fazer ou a não fazer o que o castigo ensina; associa amor com a violência; cria-se no âmbito do lar, da escola ou de outras instituições uma espécie de moral social segundo a qual seus membros podem se bater e justifica-se a punição como pedagogia. E nos lares, costuma-se legitimar a violência quando os pais estão cansados, frustrados e com raiva.

Existe uma relação entre infração juvenil e punição física, rejeição familiar, violência psicológica, por causa de sentimentos ambíguos, confusos e vingativos, angústia, raiva, ansiedade, medo, terror, ódio e hostilidade que esses fenômenos geram. Existe também uma sutil associação entre maus-tratos, baixa autoestima, baixa escolaridade e violência social.

Flores (2002) encontrou alguns fatores que predispõem os jovens a cometerem infrações, como é o caso dos maus-tratos na infância, que aumentam 1,7% vez a chance de desenvolver doenças mentais em um ambiente hostil. Esse autor fala de uma combinação explosiva entre ambiente familiar hostil e fragilidades biológicas, neurológicas, atraso no desenvolvimento psicomotor, complicações no parto e no primeiro ano de vida. O documento oficial da OMS (2002) sobre violência e saúde no mundo também ressalta fortemente a relação entre complicações no parto e violência. Apoiando estudos de Kandel e Mednick (1991), segundo os quais 80% de jovens presos estudados por eles na Dinamarca tiveram complicações no parto. Os estudos de Kandel e Mednick alertam, no entanto, que essas complicações têm peso maior em relação à predisposição para cometer infrações quando associadas a um histórico de doenças psiquiátricas dos pais. Essa dinâmica, que inclui características individuais, ambiente familiar e ambiente social adverso, costuma eclodir na adolescência. No caso dos mais pobres e com poucas opções no mercado de trabalho, muitos encontram nas gangues uma forma de sobrevivência econômica e de realização cultural. Nesses grupos, a atração vem da combinação entre o ambiente de ousadia, a audácia de atuar no limite do proibido e do ilegal e a vontade de experimentação, própria dessa etapa da vida.

A violência sexual é outro tipo de abuso comum contra crianças e jovens e ocorre principalmente no ambiente familiar, embora aconteça também no âmbito comunitário e social. O Relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância para 2005 (Unicef, 2005) estimou que 20% das crianças e dos adolescentes brasileiros passam ou passaram por esse sofrimento. As principais vítimas são meninas. E os agressores são: o pai, o padrasto ou pessoas conhecidas e de relacionamento próximo à vítima. Essa forma de abuso costuma ter como consequência: gravidez precoce e abortos clandestinos; abandono do lar pelas meninas e pelos meninos e fuga de crianças e jovens para as ruas. A violência sexual também tem impacto sobre o adoecimento das vítimas, tanto do ponto de vista físico como do mental, o que se exterioriza a curto, médio e longo prazos. Pesquisa de Lippi (2003) sobre a demanda de serviços de emergência em casos de tentativas de suicídio revelou que 53% das pessoas que procuravam o hospital por esse motivo haviam sofrido ou estavam sofrendo abuso sexual na infância e na juventude. Esse autor observou também uma verdadeira sinergia de várias formas de abuso (físico, psicológico, negligências) com as violações sexuais e com os motivos apresentados pelas pessoas para o desencadeamento das tentativas de suicídio.

Há uma variedade de sintomas associados, dependendo da idade, das condições psicológicas das vítimas, da sua história anterior, do grau de parentesco com o abusador e da frequência e repetição do ato. A violência sexual se expande para além do âmbito doméstico na forma de exploração e turismo sexual, cujas estatísticas mundiais situam o Brasil entre os países com elevado número de crianças e adolescentes exercendo a prostituição, muitas vezes com a anuência dos próprios pais.

A violência psicológica é uma forma sutil de abuso que acontece principalmente no seio das famílias e nas escolas. Ela ocorre quando os adultos sistematicamente depreciam os jovens, bloqueiam seus esforços de autoestima e os ameaçam de abandono e crueldade. Essa forma de relacionamento, também difícil de ser quantificada, provoca grandes prejuízos à formação da identidade e da subjetividade, gerando jovens medrosos ou agressivos que dificilmente aportarão na sociedade todo o potencial que poderiam desenvolver. Geralmente, os problemas que redundam em baixa autoestima se acentuam na adolescência, quando a crise de autonomia e os arroubos de rebeldia aumentam. Esse tipo de abuso passa pela forma com que pais e adultos concebem a ideia de que a melhor forma de educá-los é humilhá-los. O abuso psicológico frequentemente está associado a distúrbios do crescimento e do desenvolvimento psicomotor, intelectual e social.

As negligências também representam violência pela omissão em relação à proteção integral. Para os jovens, podem significar a falta de provimento de alimentos, roupas, cuidados escolares e médicos e de outros elementos que são necessários ao desenvolvimento e ao crescimento. Culminam na ausência de limites, no abandono da família e em uma vida social deficiente. A negligência costuma se apresentar em situações limítrofes entre pobreza e maus-tratos. No entanto, nas classes mais abastadas, a ausência real e moral dos pais em relação ao diálogo, ao afeto e à atenção aos filhos é muito frequente, tendo fortes repercussões no comportamento juvenil, inclusive nas experiências de delinquência.

Quando os jovens, respondendo à pesquisa Datafolha (2008), falaram de seu medo da violência, dificilmente estariam se referindo à tipologia que traçamos aqui. Seus temores se referiam à violência social dos assaltos, dos sequestros, das balas que os dizimam e dos acidentes de trânsito. A maioria deles vê a violência como uma externalidade que os afeta. Entre os que têm muito medo, destacam-se as meninas (33%, ante 18% dos meninos), os de renda familiar até dois salários mínimos (31%), os pertencentes aos estratos D e E (33%), os que não trabalham atualmente (31%), os casados ou que moram com seus companheiros (média de 34%), os que têm filhos (33%) e os jovens do Nordeste (37%) (Datafolha, 2008).

Em relação à violência social difusa que tanto temem, os jovens também têm razão. Um em cada três deles (29%) disse que já foi assaltado alguma vez, principalmente os do sexo masculino (34%), os que têm entre 22 e 25 anos (36%), os que cursaram nível superior (45%), os que ganham mais de cinco salários mínimos (47% em média), os pertencentes às classes A e B (39%). Quando se considera a natureza dos municípios, os jovens das capitais foram muito mais vítimas de assaltos do que os que residem no interior: 50% contra 20%, respectivamente (Datafolha, 2008).

Mas a situação também é de risco em relação à morte por violência. Em uma análise que focaliza a mortalidade no grupo dos 15 aos 29 anos, no período de 1980 a 2005, Souza e Minayo (2009a, 2009b) mostram que os acidentes e violências que já constituíam a primeira causa de morte dos jovens brasileiros na década de 1980 passaram a ter ainda

maior importância, quando comparamos o início e o final do período em questão: entre os homens, esses percentuais subiram de 61% para 77% em relação a qualquer outra causa de morte; entre as mulheres, os eventos fatais cresceram de 25% para 35% dos óbitos por todas as causas.

A mortalidade provocada pelos acidentes e violências que incidem principalmente nos jovens do sexo masculino tem repercussões na expectativa de vida de todos os brasileiros. Dados do IBGE (2007) indicam que o brasileiro, em 2006, tinha a esperança de vida, ao nascer, de 72,4 anos, sendo que os homens, de 68,7; e as mulheres, de 76,2. As diferenças da expectativa entre os sexos, com vantagem para o grupo feminino, em grande parte se devem às mortes precoces dos jovens – o que ocorre em todas as regiões, embora de forma diferenciada: o Nordeste tem a menor esperança de vida para ambos os sexos (65,8 para o masculino e 73,3 para o feminino). A região Sul apresenta os melhores dados, com expectativa de 71,1 para os homens e de 78,0 para as mulheres. Na região Sudeste, onde as taxas de mortes violentas dos jovens do sexo masculino são as mais elevadas do país, a diferença da esperança de vida entre homens e mulheres chega a ser de oito anos.

- **O jovem como infrator**

Embora o temor da violência seja a maior apreensão da juventude brasileira atual, os jovens também constituem um grupo social que comete violência, segundo as estatísticas em segurança pública.

A violência praticada por jovens, que se expressa na infração juvenil, no passado era relegada à área de segurança pública. Hoje ela invade também o lar das famílias brasileiras através da mídia e está associada ao aprisionamento domiciliar que a população vem vivenciando em resposta à insegurança no espaço comunitário. Isso ocorre principalmente nos grandes centros urbanos e alcançou os profissionais de saúde diretamente, ao fragilizar ainda mais os serviços públicos de atendimento e ao tornar muito mais complexo o ato cirúrgico. Aos médicos, a situação de exacerbação dos conflitos sociais e, em particular, da infração juvenil trouxe à baila a noção de que seus pacientes não são apenas vítimas frágeis, mas às vezes cometem violências e brincam com poderosas armas de destruição. Assim, novas fontes de informação e de reflexão se tornaram necessárias para o enfrentamento desse problema.

A infração juvenil está relacionada a vários fatores que vão desde o nível subjetivo, com problemas de socialização familiar e escolar, até a influência do ambiente comunitário e social violento ou de aprovação do crime. No caso brasileiro, o peso da mortalidade dos jovens por homicídio vem associado ao uso de armas de fogo, conforme já relatado nos dados apresentados e em estudo específico de Peres (2004).

Mais do que as precárias condições socioeconômicas, a falta de interação entre pais e filhos ou a ausência do pai, a existência de parentes com problemas psicopatológicos e problemas escolares são fatores que contribuem fortemente para a inserção dos

jovens no mundo do crime (Assis, 1999). Há ainda outros elementos predisponentes: 1) famílias monoparentais, sobretudo as chefiadas por mulheres, cuja administração lhes gera sobrecarga de atividades e atribuição precoce de responsabilidades para o adolescente; 2) famílias em que há pouco diálogo e os jovens não encontram ambiente para expressão de seus conflitos; 3) pais distanciados da vida cotidiana de seus filhos e que se alienam em relação aos amigos deles, seus lugares de lazer, seus medos, seus sonhos e expectativas de futuro; 4) familiares comprometidos com problemas de alcoolismo ou uso de drogas; 5) familiares participantes de grupos criminosos; 6) uso abusivo de drogas pelos próprios adolescentes. É preciso ressaltar também que a defasagem nos níveis de ensino, a baixa escolaridade e a pouca adaptação à vida escolar estão presentes na vida da maioria dos jovens infratores (Assis, 1999; Assis & Avanci, 2004; Assis & Constantino, 2005).

As conclusões de Assis (1999), Assis e Avanci (2004) e Assis e Constantino (2005) confluem com a pesquisa de Dowdney (2005) sobre fatores de risco familiares, escolares e comunitários para o cometimento de infrações por jovens, em uma perspectiva comparativa em 11 países: pertinência a famílias uniparentais; história geracional de violência no lar; vivência em casas superlotadas; histórico escolar fraco; educação formal vista como algo que não vale a pena; mau comportamento no âmbito escolar; expulsão da escola e aversão aos estudos e à instituição; e, de forma indireta, o fato de os pais terem baixa escolaridade.

Sobre a influência do contexto ambiental, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) de São Paulo divulgou um estudo a respeito dos bairros de origem dos internos das instituições que abrigam jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Não por acaso, existe uma elevada correlação entre bairros mais violentos de São Paulo e maior número absoluto de homicídios entre 1996 e 1999. Cerca de um quarto dos internos da Febem paulista residia nesses locais, o que significa que tais jovens cresceram em contextos violentos, na periferia de uma das cidades mais violentas do mundo (Khan, 2007).

O relatório de 2005 do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (Unicef, 2005) destaca a questão da disputa de territórios por parte de grupos criminosos como uma das principais causas de morte entre os jovens nos grandes centros urbanos. Por exemplo: no Rio de Janeiro, a dominação de algumas áreas por diferentes facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas afeta, inclusive, jovens que não têm envolvimento direto com essas atividades. A demarcação real e simbólica transforma qualquer pessoa que não seja de uma determinada área em inimigo ou “alemão” (denominação dada pelos jovens do tráfico ao outro não pertencente a sua localidade ou a sua facção). O envolvimento dos adolescentes e jovens em gangues e grupos criminosos, portanto, aumenta os índices de violência sofrida e praticada. Os estudos comparativos de Dowdney (2003, 2005) apontam a idade média de 13 anos para entrada nos grupos de criminalidade e também uma tendência à diminuição da idade para o envolvimento.

Dowdney (2003, 2005) apresenta similaridades e especificidades nas formas como ocorre o envolvimento de jovens com a criminalidade em vários lugares do mundo. Esse autor indica alguns fatores de risco social, ampliando a reflexão já assinalada sobre o universo familiar, escolar e comunitário: concentração de pobreza urbana; alta porcentagem de jovens desempregados e com baixo nível de escolaridade; presença limitada ou desigual do Estado; corrupção do Estado; aparato violento do Estado; acesso a economias ilícitas; e acesso a armas de pequeno porte. É claro que a violência estrutural vem combinada e ao encontro de motivos subjetivos e dificuldades sociais: desejo de possuir alguns bens de consumo próprios das classes abastadas; poucas alternativas de inserção social e no mercado de trabalho; acesso facilitado a armas; busca de prestígio e de relacionamento facilitado com o sexo oposto; relações duradouras de amizade com indivíduos delinquentes; o fato de viver na rua; sentimento de vingança por parentes mortos.

Segundo Dowdney (2005), é preciso levar em conta a ideia de que os grupos de jovens infratores, embora perigosos, preenchem certas funções sociais, políticas e econômicas nas comunidades que dominam: oferecem aos jovens excluídos um caminho rápido para alguma forma de pertencimento ou inclusão social, política ou econômica, mesmo que limitada; oferecem estímulo e diversão em locais onde não há muito o que fazer. São, contudo, estruturas violentas promovendo o uso de armas de fogo entre crianças e adolescentes como forma de progredir e de inseri-los em confrontos armados.

Por sua vez, esse mesmo autor assinala algumas tendências de comportamento da sociedade atual para lidar com os jovens em situação de violência armada – legislação repressiva; policiamento repressivo e reativo; detenção e confinamento; mortes e execuções sumárias –, o que aumenta sua vulnerabilidade.

Dowdney (2005) afirma ainda que, geralmente, os programas de prevenção e de reabilitação são limitados e subfinanciados, revelando a ausência de políticas eficazes para prevenir ou eliminar as causas principais que levam crianças e jovens a se envolverem com situações graves de violência, sobretudo a que diz respeito ao uso de armas de fogo.

O conteúdo abordado neste capítulo introduz o tema das questões de gênero nas relações de namoro entre jovens, contextualizando essa etapa da vida com as peculiaridades do século XXI. Entendemos com Groppo (2005) que a condição juvenil, em qualquer época histórica, é portadora de força e de fraqueza: se existe sempre a possibilidade de negar aquilo que é dado como eterno e de buscar mudanças qualitativas para melhor, o jovem também corre o risco de rejeitar ingenuamente saberes comprovados racionalmente ou por meio da sabedoria acumulada e assumir propostas que, no limite, provoquem regressão em relação às conquistas sociais e de cidadania.

Dividido em duas seções, este capítulo discute a situação da juventude atual no mundo e no Brasil e dá ênfase aos temas mais cruciais que afetam esse grupo social

quanto a suas condições de vida, formação educacional, trabalho, cidadania e violência. Propositamente não foi tratado o tema da sexualidade e das relações de gênero, porque esses assuntos fazem parte do objeto específico da pesquisa que dá origem ao livro – e, por isso mesmo, serão discutidos com detalhe no decorrer da obra.

Na parte que diz respeito à discussão geral sobre a juventude, foram explicitados os conceitos de condição juvenil e de moratória social. Na parte específica sobre os jovens brasileiros, esses conceitos foram apropriados para aproximar as lentes sobre a realidade do país.

Gostaríamos de ressaltar nossa posição quanto à questão da participação social e política dos jovens. Não é incomum que dados de pesquisas de opinião pública e a própria mídia os apresentem como conservadores e sem perspectivas, como uma geração politicamente mais velha do que a de seus pais, que teriam contestado o ‘sistema’ e empreendido a ‘boa luta’ contra valores adultos dominantes. Tais comentários, dizem os autores mais importantes que estudam a juventude e com os quais concordo, deixam de reconhecer que, no mundo contemporâneo, inexitem valores pertencentes a apenas uma geração. E a desconfiança quanto à política tradicional tal como é praticada é geral na população. Em todos os lugares e idades há dificuldades para se encontrar, na contemporaneidade, meios de ação para solução dos problemas coletivos.

Reafirmamos nossas boas expectativas em relação à juventude brasileira, que saberá encontrar os caminhos para levar nosso país ao desenvolvimento sustentável do ponto de vista econômico, social, ambiental e institucional. Para isso, poderá contar com o apoio de grande parte da população adulta e idosa consciente.